

Cemig Geração Poço Fundo S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	14
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	15
2. BASE DE PREPARAÇÃO	15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	19
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	20
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	20
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	21
7. IMOBILIZADO	21
8. INTANGÍVEL	23
9. FORNECEDORES.....	24
10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	25
11. PROVISÕES.....	25
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26
13. RECEITA LÍQUIDA	27
14. CUSTOS E DESPESAS	28
15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	29
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	29
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	32
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	34
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	38
PARECER DO CONSELHO FISCAL	41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A CEMIG GERAÇÃO POÇO FUNDO

A Cemig Geração Poço Fundo S.A é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, subsolo 1, sala 7, Bairro Santo Agostinho e tem por denominação social a produção e a comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 159.085 mil (R\$ 159.085 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 159.084.895 (cento e cinquenta e nove milhões, oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco) ações ordinárias (159.084.895 em 31 de dezembro de 2023), nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2024, a hidrologia verificada voltou a ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluenta (ENA) ficou em 76% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (69% MLT), Nordeste (57% MLT) e Norte (67% MLT) foram os mais impactados. A região Sul apresentou uma hidrologia elevada, de 133% MLT, oriunda do efeito do fenômeno EL Niño durante o primeiro semestre de 2024.

Apesar do cenário hidrológico bastante adverso, o armazenamento se manteve ao longo do ano em um patamar elevado frente aos últimos anos de baixa hidrologia. No final do período úmido (abril) o armazenamento estava em 75% no SIN, junto ao grupo de anos de maior armazenamento. No ponto mais baixo o armazenamento não ultrapassou 44%. Esse efeito ocorre pela sobre-oferta de energia do sistema e as restrições hidráulicas estabelecidas pelo ONS/ANA.

O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2024 teve dois momentos distintos. No primeiro semestre os PLDs ficaram próximos ao mínimo regulatório (R\$61,07/MWh), já no segundo semestre, apesar do bom armazenamento, os preços apresentaram forte elevação dado a baixa 14 hidrologia verificada e chegaram a R\$480/MWh em outubro. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,87, sendo o maior verificado em abril (1,04) e o menor em setembro (0,73).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,56% (7,26% em 2023).

Em 27 de março de 2025, foi publicado pela ANEEL o WACC de 7,91%, vigente no período de março de 2025 a fevereiro de 2026 para o segmento de geração.

DESEMPENHO OPERACIONAL POR NEGÓCIO

Resultado do exercício

A Companhia obteve um prejuízo de R\$ 1.749 mil em 2024, em comparação a um lucro de R\$27.129 mil em 2023. A variação no resultado ocorreu em razão dos aumentos no custo operacional da Companhia, dentre eles, o reconhecimento da provisão de contingência em processo cível no montante de R\$21.039.

Receita operacional

A receita operacional líquida, em 2024, foi de R\$34.505 mil (R\$35.289 mil em 2023).

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 36.260 mil em 2024 (R\$9.174 mil em 2023). O principal aumento nos custos e despesas se justifica pelo aumento nos custos de operação e provisões.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro foi em 2024 de R\$1.652 mil, comparado a R\$3.122 mil em 2023, representando uma diminuição de 47,09%. Essa variação decorre, principalmente, do aumento de resgate de aplicações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$1.646 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao prejuízo de R\$103 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no exercício de 2023, a Companhia apurou o montante de R\$2.108 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado de R\$29.237 mil antes dos efeitos fiscais representando 7,21% de alíquota efetiva.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2024, o LAJIDA foi positivo em R\$ 2.681 mil (R\$29.071 em 2023) e a Margem do LAJIDA foi de 7,77% no mesmo período (82,38% em 2023) conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2024	2023	Var.%
Resultado Líquido	(1.749)	27.129	(106,45)
Despesa de IR e CS	1.646	2.108	(21,92)
Depreciação/Amortização	4.436	2.956	50,07
Resultado Financeiro	(1.652)	(3.122)	(47,09)
LAJIDA ⁽¹⁾	2.681	29.071	(90,78)

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

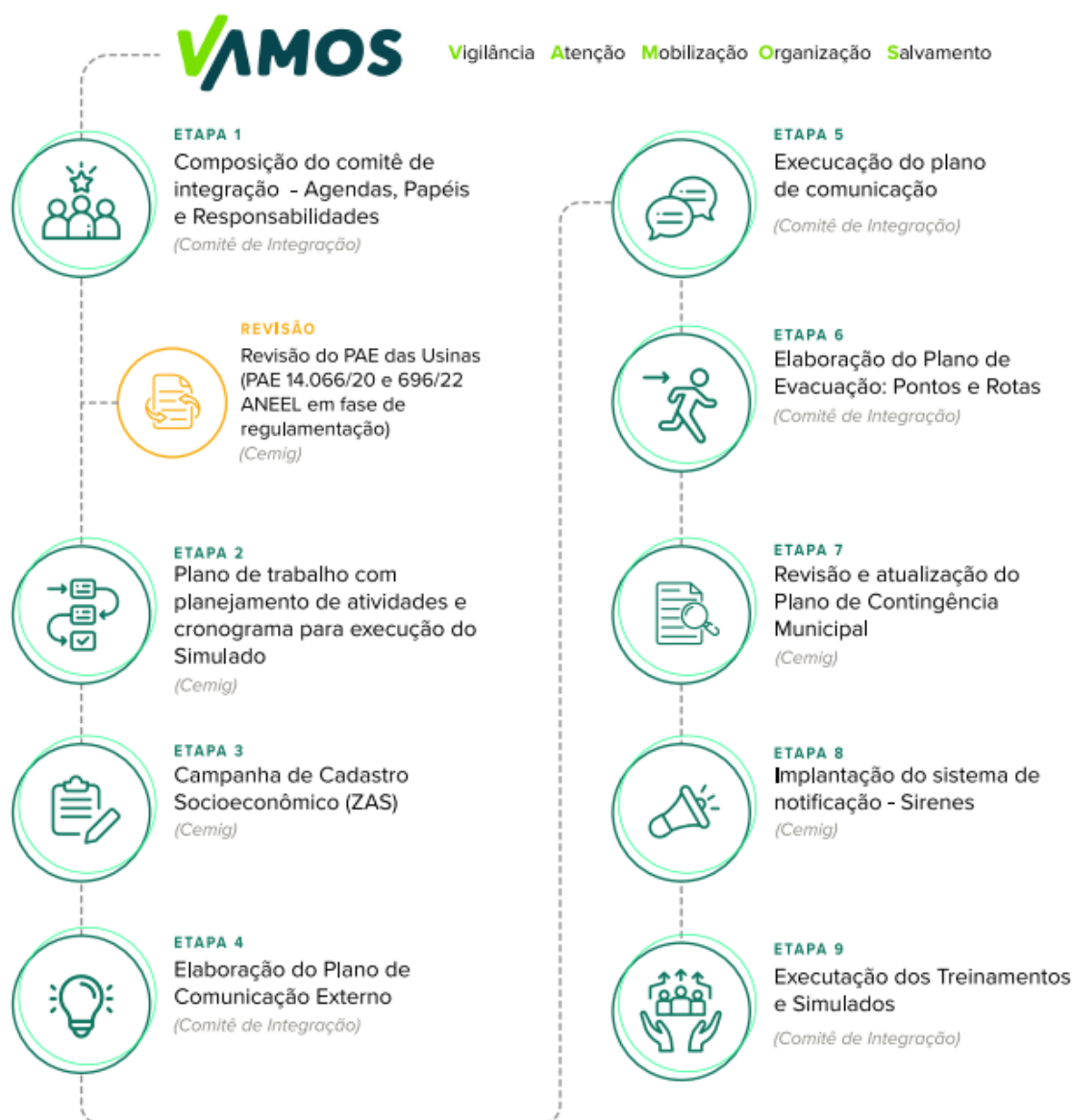
Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2024, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2024 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2024, foram executados:

- 07 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Tronqueiras e Poço Fundo e para as UHEs: Nova Ponte, Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), Cajuru, Salto Grande, Itutinga/Camargos, envolvendo 11 municípios envolvendo cerca 600 pessoas;
- 14 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado;
- 14 Relatórios de Revisão e Atualização dos PLANCONS-Planos de Contingência Municipais para municípios da ZAS das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado para 23 municípios;
- 20 Simulados Restritos/Individuais executados em 28 Pontos de Encontro nas ZAS das UHEs: Machado Mineiro, Irapé, Teodomiro Carneiro Santiago (Emborcação) e Três Marias envolvendo cerca de 200 pessoas evacuadas em 07 municípios.

Ainda em 2024, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Nova Ponte, Irapé e Queimado. Os eventos contaram com a participação de cerca de 128 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cíveis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento a Cemig Geração e Transmissão, pela confiança e apoio recebidos durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais e à Diretoria da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.480	2.663
Títulos e valores mobiliários	4	6.260	5.523
Consumidores e revendedores	5	3.531	4.495
Tributos compensáveis	6	62	66
Fundos vinculados		285	170
Outros ativos		384	343
TOTAL DO CIRCULANTE		14.002	13.260
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	2.361	-
Tributos compensáveis	6	1.140	1.098
Imposto de renda e contribuição social	16	98	49
Depósitos judiciais		933	892
Imobilizado	7	169.537	155.335
Intangível	8	2.725	3.092
Direito de uso		58	132
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		176.852	160.598
ATIVO TOTAL		190.854	173.858

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

		2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	6.169	3.782
Encargos regulatórios		10	12
Impostos, taxas e contribuições	10	880	729
Imposto de renda e contribuição Social	16	327	698
Convênio de compartilhamento	17	329	138
Passivo de arrendamento		6	12
TOTAL DO CIRCULANTE		7.721	5.371
NÃO CIRCULANTE			
Encargos regulatórios		1	1
Impostos, taxas e contribuições	10	201	195
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	199	181
Provisões	11	21.051	12
Passivo de arrendamento		65	131
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		21.517	520
TOTAL DO PASSIVO		29.238	5.891
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Capital Social		159.085	159.085
Reserva de Lucros		2.531	8.882
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		161.616	167.967
PASSIVO TOTAL		190.854	173.858

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	13	34.505	35.289
CUSTOS	14		
Custos com energia elétrica		(6.474)	(3.562)
Custos de operação		(28.868)	(5.122)
		(35.342)	(8.684)
LUCRO BRUTO		(837)	26.605
DESPESAS	14		
Despesas gerais e administrativas		(812)	(451)
Outras despesas operacionais		(106)	(39)
		(918)	(490)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		(1.755)	26.115
Receitas Financeiras	15	1.662	3.134
Despesas Financeiras	15	(10)	(12)
		1.652	3.122
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(103)	29.237
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	16	(1.628)	(2.213)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16	(18)	105
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(1.749)	27.129

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(1.749)	27.129
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(1.749)</u>	<u>27.129</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	139.085	1.145	11.723	20.000	-	171.953
Resultado do Exercício	-				27.129	27.129
Aumento de capital social	20.000			(20.000)		-
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-		(9.944)			(9.944)
Destinação do Lucro Proposta à AGO:						
Reserva Legal	-	1.356			(1.356)	-
Dividendos obrigatórios	-				(21.171)	(21.171)
Reserva de retenção de lucros	-		4.602		(4.602)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	159.085	2.501	6.381	-	-	167.967
Resultado do Exercício	-				(1.749)	(1.749)
Dividendos pagos ref. 2023	-		(4.602)			(4.602)
Destinação do Lucro Proposta à AGO:						
Absorção de prejuízos	-		(1.749)		1.749	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	159.085	2.501	30	-	-	161.616

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	(1.749)	27.129
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 16)	1.646	2.108
Variação monetária sobre depósitos judiciais (Nota 15)	(41)	(51)
Depreciação e Amortização (Nota 7)	4.432	2.952
Amortização direito de uso	4	4
Juros passivos de arrendamento	6	11
Provisões (Nota 11)	21.039	-
Variação monetária de tributos compensáveis (Nota 6)	(3)	-
Juros e variações monetárias (Nota 15)	(1.542)	(2.953)
Outros	3	4
	23.795	29.204
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	964	(847)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (Nota 16)	(333)	(1.515)
Tributos compensáveis (Nota 6)	(35)	1.774
Outros ativos	29	(47)
	625	(635)
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 9)	2.387	(3.023)
Impostos, taxas e contribuições (Nota 10)	157	(386)
Encargos regulatórios	(2)	7
Convênio de compartilhamento (Nota 17)	191	-
Outros passivos	(78)	55
	2.655	(3.347)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	27.075	25.222
Juros resgatados (Nota 4)	1.376	2.862
Imposto Renda e Contribuição Social pagos (Nota 16)	(1.715)	(289)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	26.736	27.795
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(30.065)	(28.776)
Resgate de títulos e valores mobiliários (Nota 4)	27.132	34.611
Em fundos vinculados (Nota 4)	(115)	32
Em imobilizado (Nota 7)	(18.267)	(1.792)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(21.315)	4.075
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Arrendamentos pagos	(2)	(12)
Dividendos pagos (Nota 12)	(4.602)	(31.115)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(4.604)	(31.127)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	817	743
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.663	1.920
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	3.480	2.663
	817	743

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Companhia” ou “Poço Fundo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), constituída em 06 de abril de 2001, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, Subsolo 1, Sala 7, Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG), CEP 30.190-131.

Em 2021, a Aneel anuiu a transferência da Cemig GT para a Cemig Geração Poço Fundo da titularidade da concessão da Pequena Central Hidrelétrica Poço Fundo. O Contrato de Concessão 001/2021 foi assinado em abril de 2021.

A Cemig Geração Poço Fundo S.A. tem por objeto social a produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, mediante a exploração da PCH Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo (MG).

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a UHE Poço Fundo, o prazo de extensão foi o máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias), com novo fim da concessão estabelecido em 27/05/2052. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig Geração e Transmissão S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 08 de julho de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Maiores informações estão presentes na nota explicativa nº18.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 e 14 – Consumidores e Revendedores e Receita (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 7 – Imobilizado (definição da vida útil dos ativos);
- Nota 8 - Intangível (previsão de vida útil dos ativos, valor justo do direito de extensão da outorga em virtude da repactuação do GSF – *Generation Scaling Factor*);
- Nota 11 – Provisões (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos);
- Nota 18 – Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração do valor justo).

2.5. Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. Essas alterações não impactaram materialmente as políticas contábeis já adotadas pela Companhia.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidênciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez. A Companhia não possui operações de “Risco Sacado”
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.

2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
Alterações nas normas CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio à vista que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações para que os usuários das demonstrações contábeis possam compreender como a moeda não conversível em outra afeta o desempenho financeiro, bem como os riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2025
Alterações ao CPC 48 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado. As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos. Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2026
CPC 26 (R1) – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 substituirá o CPC 26 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas. A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações de escopo restrito foram feitas no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.	01/01/2027

Norma	Principais alterações	Início da vigência
	A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.	
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.	01/01/2027
CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e CPC 18 (R3) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração. Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> . Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i> . Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou <i>joint venture</i> . A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração pois não possui investimentos e não realiza consolidação.	Ainda não definido

2.8. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a. %		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Contas Bancárias				687	44
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	CDI	-	80,0% a 108,5%	-	103
Overnight	Pré-fixada	11,91% a 12,15%	11,42% a 12,65%	2.793	2.516
TOTAL				3.480	2.663

Estão divulgados na nota explicativa nº 18 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) as políticas contábeis materiais. As aplicações financeiras em fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a. %		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Aplicações Financeiras					
Circulante					
Certificados de Depósitos Bancários	CDI	-	103% a 104,3%	-	527
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2% a 112,0%	108,6% a 111,98%	4.902	3.405
Letras Financeiras do Tesouro	Variação Selic	12,41% a 12,45%	11,83% a 11,85%	1.270	1.535
Debêntures	CDI	TR + 1% a 122,90%	TR + 1% e 118,69%	88	56
				6.260	5.523
Não Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2% a 112,0%	108,6% a 111,98%	2.361	-
Total				8.621	5.523

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 18. As aplicações financeiras em fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de consumidor	Saldo a vencer		Total	
	Faturado	Não faturado	2024	2023
Fornecimento industrial	-	1.170	1.770	3.189
Suprimento a outras concessionárias	-	1.761	1.761	1.306
Total	-	3.531	3.531	4.495

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda significativa. A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota explicativa nº 18 das demonstrações financeiras.

Política contábil

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e com o reconhecimento dos respectivos tributos diferidos.

Estimativas e julgamentos

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Para a Companhia o saldo a receber é analisado, em sua totalidade, levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais, sendo feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2024	2023
ICMS	1.083	1.059
Pis/Pasep e Cofins	119	105
Total	1.202	1.164
Circulante	62	66
Não Circulante	1.140	1.098

7. IMOBILIZADO

Imobilizado	Taxas anuais médias ⁽¹⁾ de depreciação %	2024			2023		
		Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	3,44	126.965	(10.830)	116.135	116.091	(6.765)	109.326
Terrenos		24	(3)	21	24	-	24
Reservatórios, barragens e adutoras	3,44	83.497	(5.469)	78.028	83.497	(2.622)	80.875
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,19	1.504	(1.441)	63	1.437	(1.431)	6
Máquinas e equipamentos	3,44	41.922	(3.899)	38.023	31.115	(2.694)	28.421
Veículos	-	2	(2)	-	2	(2)	-
Móveis e utensílios	-	16	(16)	-	16	(16)	-
Em curso		53.402	-	53.402	46.009	-	46.009
Máquinas e equipamentos		1.441	-	1.441	11.395	-	11.395
Barragens e benfeitorias		51.961	-	51.961	34.614	-	34.614
TOTAL		180.367	(10.830)	169.537	162.100	(6.765)	155.335

Em 2024 a taxa média de depreciação foi de 3,44% (2,26% em 2023).

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições	Transf.	Outros ⁽¹⁾	Valor bruto em 31/12/2024	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	116.091	--	10.874	-	126.965	(10.831)	116.135
Terrenos	24	-	-	-	24	(3)	21
Reservatórios, barragens e adutoras	83.497	-	-	-	83.497	(5.469)	78.028
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.437	-	67	-	1.504	(1.441)	63
Máquinas e equipamentos	31.115	-	10.807	-	41.922	(3.899)	38.023
Veículos	2	-	-	-	2	(2)	-
Móveis e utensílios	16	-	-	-	16	(16)	-
Em curso	46.009	20.863	(10.874)	(2.596)	53.402	-	53.402
Total	162.100	20.863	-	(2.596)	180.367	(10.830)	169.537

(1) Trata-se de baixas de adiantamentos a fornecedores, que é realizada quando é recebido o bem para o qual o adiantamento foi realizado.

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições	Transf.	Outros ⁽¹⁾	Valor bruto em 31/12/2023	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço	5.368	-	110.723	-	116.091	(6.765)	109.326
Terrenos	24	-	-	-	24	-	24
Reservatórios, barragens e adutoras	906	-	82.591	-	83.497	(2.622)	80.875
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.437	-	-	-	1.437	(1.431)	6
Máquinas e equipamentos	2.983	-	28.132	-	31.115	(2.694)	28.421
Veículos	2	-	-	-	2	(2)	-
Móveis e utensílios	16	-	-	-	16	(16)	-
Em curso	162.648	1.792	(110.723)	(7.708)	46.009	-	46.009
Total	168.016	1.792	-	(7.708)	162.100	(6.765)	155.335

(1) Trata-se de baixas/saídas na conta de Ativo imobilizado em curso realizado na rubrica de fornecedores.

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2024, a taxa média de depreciação anual foi de 3,44% (2,26% em 2023).

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

8. INTANGÍVEL

Intangível	2024			2023		
	Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço	4.836	(2.111)	2.725	4.836	(1.744)	3.092
Ativos da concessão - GSF	1.482	(165)	1.317	1.482	(118)	1.364
Servidões	1.475	(168)	1.307	1.475	-	1.475
Direito de uso de bem público	1.879	(1.778)	101	1.879	(1.626)	253
Total	4.836	(2.111)	2.725	4.836	(1.744)	3.092

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga concedido em 2021 foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

Ativo Intangível em serviço	Valor bruto em 31/12/2023	Adições	Valor bruto em 31/12/2023	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2024
Ativos da concessão - GSF	1.482	-	1.482	(165)	1.317
Servidões	1.475	-	1.475	(168)	1.307
Direito de uso de bem público	1.879	-	1.879	(1.778)	101
Total	4.836	-	4.836	(2.111)	2.725

Ativo Intangível em serviço	Valor bruto em 31/12/2022	Adições	Valor bruto em 31/12/2023	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2023
Ativos da concessão - GSF	1.482	-	1.482	(118)	1.364
Servidões	1.475	-	1.475	-	1.475
Direito de uso de bem público	1.879	-	1.879	(1.626)	253
Total	4.836	-	4.836	(1.744)	3.092

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado em 2021, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Poço Fundo				
PCH Poço Fundo	1.482	29/05/2045	7,0	27/05/2052

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

9. FORNECEDORES

	2024	2023
Suprimento e Transporte de Energia	320	415
Materiais e Serviços	5.849	3.367
TOTAL	6.169	3.782

Estão divulgados na nota explicativa nº 18 a exposição da Companhia a riscos de liquidez.

10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
Circulante		
COFINS	129	125
PASEP	26	25
INSS	664	561
ISSQN	47	11
Outros	14	7
	880	729
Não circulante		
COFINS	165	160
PASEP	36	35
	201	195
TOTAL	1.081	924

11. PROVISÕES

	2023	Adições	Reversões	Liquidações	2024
Cíveis	-	21.039	-	-	21.039
Outras	12	-	-	-	12
Total	12	21.039	-	-	21.051

Em outubro de 2024, foi reavaliada a probabilidade de perda para provável de processo judicial relacionado ao pagamento de indenização por danos materiais devido a perdas financeiras decorrentes da paralisação da Usina Termelétrica Barreiro. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais entendeu que a Companhia teria dado causa ao evento danoso, conforme laudo pericial. O montante da contingência é de R\$21.039 em 31 de dezembro de 2024 (R\$19.357 em 31 dezembro de 2023, avaliados como expectativa de perda possível).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024 não houve processos cuja expectativa de perda seja possível. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Um passivo contingente é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Diante disso, a divulgação é realizada em notas explicativas, com uma breve descrição da natureza do passivo contingente e uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

As estimativas são realizadas de forma individualizada ou agrupada em casos repetitivos. Em todos os casos, os critérios para classificação de risco envolvem: (i) a adequação do fato ao dispositivo legal pertinente e aos precedentes, ou julgados, de casos semelhantes, se houver, e (ii) a análise das provas e evidências existentes, podendo variar de acordo com a natureza das matérias discutidas nos processos judiciais.

A Companhia revisa a classificação da probabilidade de perda e/ou os valores de um processo administrativo ou judicial de forma periódica e em situações específicas, como: (i) mudança na norma jurídica, (ii) novas evidências ou fatos, (iii) mudança nos precedentes jurídicos, (iv) auditoria contábil, (v) decisão judicial, (vi) instrução processual, (vii) mudança de composição de turma julgadora e (viii) alteração do patrono da causa.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 159.085 (R\$159.085 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 159.084.895 (cento e trinta e nove milhões, oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco) ações ordinárias (159.084.895 em 31 de dezembro de 2023), nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

b) Reservas

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2024	2023
Reserva legal	2.501	2.501
Retenção de lucros	(1.749)	4.602
Reserva de dividendos não distribuídos	1.779	1.779
	2.531	8.882

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Em 2024, a Companhia possui R\$2.501 na reserva legal.

Reserva de Dividendos Obrigatórios Não Distribuídos

Nos termos do §4º e §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia possui saldo em Reserva de Dividendos Obrigatórios Não Distribuídos, a serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo, dessa forma, o saldo da reserva de retenção de lucros na DMPL.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

13. RECEITA LÍQUIDA

	2024	2023
Receita operacional bruta (a)	35.941	36.813
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(1.436)	(1.524)
Receita operacional líquida	34.505	35.289

a) Fornecimento bruto de energia

Classe de consumidor	2024	2023
Suprimento Comercial	11.551	15.144
Leilão CCEAR Suprimento	24.553	17.592
Suprimento não faturado ⁽¹⁾	(326)	3.188
Transações com energia na CCEE	163	889
Total	35.941	36.813

(1) No exercício de 2024 o valor provisionado para Suprimento não faturado foi menor que o valor provisionado no exercício anterior.

b) Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

	2024	2023
PIS/Pasep	(234)	(246)
Cofins	(1.078)	(1.137)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(124)	(141)
Total das deduções à receita operacional	(1.436)	(1.524)

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo a prática contábil material atrelada às receitas da Companhia.

Fornecimento Bruto de Energia

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

14. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos com energia elétrica

	2024	2023
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.674)	(1.466)
Encargos de uso da rede básica de distribuição	(1.800)	(2.096)
	(6.474)	(3.562)

b) Custos de operação e despesas

	Custos de operação		Despesas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Materiais	116	40	-	-	116	40
Serviços de terceiros (c)	3.274	2.114	49	48	3.323	2.162
Provisões	21.039	-	-	-	21.039	-
Depreciação	4.436	2.956	-	-	4.436	2.956
Pessoal	-	-	763	344	763	344
Outros custos e despesas	3	12	106	98	109	110
	28.868	5.122	918	490	29.786	5.612

c) Serviços de terceiros

	2024	2023
Convênio de compartilhamento	1.478	550
Manutenção e Conservação de Instalação e equipamentos	717	-
Publicações legais	-	1
Meio Ambiente	594	617
Tecnologia da Informação	135	-
Auditoria Externa	21	20
Vigilância	22	18
Outros	356	956
TOTAL	3.323	2.162

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	1.595	2.995
Variação monetária de depósitos judiciais	41	51
Outras Variações monetárias	3	
Atualização de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	2	80
Rendas de antecipação de pagamento	17	2
Outras Receitas Financeiras	4	6
	1.662	3.134
Despesas Financeiras		
Juros Passivo de Arrendamento	(6)	(11)
Outras	(4)	(1)
	(10)	(12)
RESULTADO FINANCEIRO	1.652	3.122

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente juros com arrendamento e despesas bancárias.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2024	2023
Não circulante		
Imposto de renda	45	9
Contribuição social	53	40
Total	98	49

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2024	2023
Circulante		
Imposto de Renda	182	374
Contribuição Social	145	324
TOTAL	327	698

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Não Circulante		
Imposto de Renda	148	133
Contribuição Social	51	48
TOTAL	199	181

d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Total	36.267	36.267
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	2.901	4.352
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	1.509	1.509
Outras Receitas Financeiras	65	65
Base de Cálculo	4.476	5.926
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	671	533
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	424	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	1.095	533
Rendas de aplicações	1.595	1.595
Renda de aplicações resgatadas	1.509	1.509
Rendas de aplicações não resgatadas	86	86
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	21	8
Receita por competência diferida	(326)	(326)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(26)	(39)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	(7)	(4)
Amortização Custo GSF Diferido	(35)	(35)
Percentual de Presunção	8%	12%

	31/12/2024	
	Imposto de renda	Contribuição social
Base de Cálculo	(3)	(4)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(1)	(0)
Corrente	1.095	533
Diferido	14	4

	31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Total	37.273	37.273
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	2.982	4.473
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	3.257	3.257
Outras Receitas Financeiras	59	59
Base de Cálculo	6.298	7.789
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	945	701
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	606	0
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	1.551	701
Acerto ECF	(28)	(10)
Rendas de aplicações	2.995	2.995
Renda de aplicações resgatadas	3.257	3.257
Rendas de aplicações não resgatadas	(262)	(262)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	(66)	(24)
Receita por competência diferida	(459)	(459)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(37)	(55)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	(9)	(5)
Amortização Custo GSF Diferido	(47)	(47)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(4)	(6)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(1)	(1)
Corrente	1.522	691
Diferido	(76)	(29)

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	-	184	-	-	(1.901)	(2.096)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Convênio de compartilhamento								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	329	138	-	-	(329)	(410)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(175)	-
Cemig SIM		-	-	-	-	-	(260)	-
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	753	266	-	-	(2.068)	(550)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Caixa e equivalentes	2.793	2.516	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	6.260	5.522	-	-	219	130	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	2.361	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	50	35
Participação nos resultados	15	8
Previdência privada	3	2
Total ⁽¹⁾	68	45

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor Contábil	Valor Justo ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e Revendedores		3.531	3.531	4.495	4.495
Títulos e Valores Mobiliários		2.449	2.449	5.523	5.523
		5.980	5.980	10.018	10.018
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	3.480	3.480	2.663	2.663
Títulos e Valores Mobiliários				-	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2	-	-	527	527
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	4.902	4.902	3.405	3.405
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.270	1.270	1.535	1.535
		9.652	9.652	8.130	8.130
		15.632	15.632	13.573	13.573
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(6.168)	(6.168)	(3.782)	(3.782)
Passivo de Arrendamento	2	(71)	(71)	(143)	(143)
		(6.239)	(6.239)	(3.925)	(3.925)

(1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual, junto aos seus consumidores, buscando reduzir a inadimplência.

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	6.118	50				6.168
Passivo de Arrendamento	1	2	3	24	98	128
TOTAL	6.119	52	3	24	98	6.296

Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Cemig e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Cemig e suas controladas não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

* * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG -121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração Poço Fundo S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Poço Fundo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Poço Fundo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel A. Jisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Poço Fundo, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2024, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2025.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2025.

Douglas Augusto Oliveira Cabido, Conselheiro Fiscal

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro Fiscal

Paulo Roberto de Brito Mosqueira, Conselheiro Fiscal